

AMARANTE

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999

PROC. N.º 350 Enr

Unidade:Milhares de Escudos

	1999			1998
	AB	AP	AL	AL
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	756,272	647,892	108,380	137,687
Despesas de investigação e desenvolvimento	8,208	8,208	0	1,587
Propriedade industrial e outros direitos	82,598	14,839	67,759	41,401
Trespassee	8,922		0	0
Imobilizações em curso			8,922	222,982
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas			0	0
Diferenças de consolidação	816,001	65,297	750,704	39,309
	1,672,001	736,236	935,765	442,966
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	3,056,047		3,056,047	2,749,623
Edifícios e outras construções	8,842,549	2,505,332	6,337,217	5,282,592
Equipamento básico	34,346,068	23,429,409	10,916,659	8,995,283
Equipamento de transporte	16,974,738	11,933,868	5,040,870	4,837,551
Ferramentas e utensílios	1,129,705	720,995	408,710	377,796
Equipamento administrativo	2,244,217	1,587,913	656,304	537,968
Taras e vasilhame	179,366	68,634	110,732	56,840
Outras imobilizações corpóreas	133,879	84,821	49,058	47,711
Imobilizações em curso	1,649,494		1,649,494	933,153
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	159,827		159,827	175,580
	68,715,890	40,330,972	28,384,918	23,994,097
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas associadas	804,253		804,253	957,463
Empréstimos a empresas associadas	193,132		193,132	746,867
Partes de capital em outras empresas participadas	729,722		729,722	1,761,532
Empréstimos a outras empresas participadas	1,316,384		1,316,384	1,541,600
Títulos e outras aplicações financeiras	4,467,717	168,777	4,298,940	2,729,607
Outros empréstimos concedidos	2,344,744		2,344,744	2,019,046
Imobilizações em curso	143,548		143,548	57,193
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	114,398		114,398	27,000
	10,113,898	168,777	9,945,121	9,840,308
Circulante:				
Existências:				
Materias-primas, subsidiárias e consumo	3,812,079	11,901	3,800,178	3,168,423
Produtos e trabalhos em curso	56,155		56,155	3,986,030
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0	0
Produtos acabados e intermédios	1,604,667	1,122	1,603,545	1,370,473
Mercadorias	3,738,924		3,738,924	3,777,292
Adiantamentos por conta de compras	609,651		609,651	240,006
	9,821,476	13,023	9,808,453	12,542,224
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
Clientes, c/c	2,314,680		2,314,680	2,479,092
Clientes-Títulos a receber	2,399,302		2,399,302	1,954,870
Empresas associadas	5,224,650		5,224,650	5,022,306
	9,938,632	0	9,938,632	9,456,268
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Clientes, c/c	20,424,002	171,162	20,252,840	21,334,823
Clientes-Títulos a receber	2,214,749		2,214,749	1,042,840
Clientes de cobrança duvidosa	466,241	426,916	39,325	0
Empresas associadas	1,096,570		1,096,570	482,772
Empresas participadas e participantes			0	198,823
Outros accionistas (sócios)	329		329	82,471
Adiantamentos a fornecedores	725,511		725,511	444,487
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	3,015		3,015	11,883
Estado e outros entes públicos	426,295		426,295	145,854
Outros devedores	2,453,595		2,453,595	2,374,832
Subscritores de capital			0	0
	27,810,307	598,078	27,212,229	26,118,785
Títulos negociáveis:				
Acções em empresas associadas			0	0
Obrigações em empresas associadas			0	0
Outros títulos negociáveis			0	3,309
Outras aplicações de tesouraria	213,951		213,951	440,000
	213,951	0	213,951	443,309
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	2,631,695		2,631,695	2,793,824
Caixa	139,710		139,710	94,507
	2,771,405		2,771,405	2,888,331
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	13,168,337		13,168,337	8,948,424
Custos diferidos	1,365,398		1,365,398	1,638,161
	14,533,735		14,533,735	10,586,585
Total de amortizações		41,218,333		
Total de provisões		628,753		
Total do activo	145,591,295	41,847,086	103,744,209	96,312,873

O Técnico de Contas

A Administração

G5 - M 7/1/2000

A. T. C. M. 7/1/2000

AMARANTE

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999

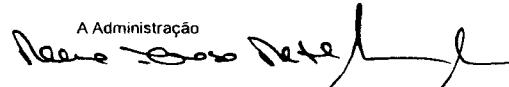
Unidade: Milhares de Escudos

Capital Próprio e Passivo	1999	1998
Capital próprio:		
Capital	14,000,000	14,000,000
Acções (quotas) próprias - Valor nominal	-619,300	-591,800
Acções (quotas) próprias - Descontos e prémios	-1,046,495	-1,018,947
Prestações suplementares		
Prémios de emissão de acções (quotas)	15,350,000	15,350,000
Diferenças de consolidação	2,124,577	1,246,623
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	-588,593	-443,358
Reservas de reavaliação	4,609,123	4,607,393
Reservas:		
Reservas legais	2,216,172	2,092,453
Reservas estatutárias		
Reservas contratuais		
Outras reservas	274,429	-610,766
Resultados transitados		
	36,319,913	34,631,598
Resultado líquido do exercício		
Dividendos antecipados	2,022,196	3,064,826
Total do capital próprio	38,342,109	37,696,424
Interesses minoritários		
	961,195	678,055
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Provisões para pensões		
Provisões para impostos		
Outras provisões para riscos e encargos	2,795,144	3,039,923
	2,795,144	3,039,923
Dividas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Empréstimos por obrigações		
Não convertíveis	13,499,424	8,000,000
Dividas a instituições de crédito	6,325,926	4,360,982
Outros empréstimos obtidos	5,921,542	5,891,117
Adiantamentos por conta de vendas	3,382,265	3,980,017
Empresas associadas		
Outros accionistas (sócios)	25,207	33,440
Fornecedores de imobilizado, c/c	2,022,065	2,044,184
	31,176,429	24,309,740
Dividas a terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos por obrigações		
Convertíveis		
Não convertíveis		
Empréstimos por títulos de participação		
Dividas a instituições de crédito	6,450,432	4,948,487
Adiantamentos por conta de vendas	1,374,850	297,899
Fornecedores, c/c	10,821,824	10,305,789
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	62,218	29,725
Fornecedores - Títulos a pagar	950,812	1,209,541
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar	12,827	52,319
Empresas associadas	16,611	18,197
Empresas participadas e participantes	116	116
Outros accionistas (sócios)	36,692	7,439
Adiantamentos de clientes	153,157	127,027
Outros empréstimos obtidos	8,424	10,373
Fornecedores de imobilizado, c/c	1,845,203	2,811,786
Estado e outros entes públicos	1,234,641	1,104,684
Outros credores	1,634,244	1,345,212
	24,602,051	22,268,594
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	1,507,163	1,548,515
Proveitos diferidos	4,360,118	6,771,622
	5,867,281	8,320,137
Total do passivo	64,440,905	57,938,394
Total do capital próprio, interesses minoritários e do passivo	103,744,209	96,312,873

O Técnico de Contas

A Administração

António Mota Pinto



		1999	1998
CUSTOS E PERDAS			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
Mercadorias	1,972,003	2,379,238	
Matérias	15,625,074	17,597,077	15,586,770
Fornecimentos e serviços externos		25,572,507	30,935,807
Custos com o pessoal:			
Remunerações	12,623,390	10,595,242	
Encargos sociais:			
Pensões	266,140	46,521	
Outros	2,452,636	15,342,166	2,236,130
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	5,802,656	4,560,836	12,877,893
Provisões	222,953	6,025,609	272,756
Impostos	231,248		287,974
Outros custos e perdas operacionais	824,492	1,055,740	856,832
		65,593,099	1,144,806
		56,873	67,758,106
Amortizações e provisões de aplicações e invest financeiros			56,949
Juros e custos similares			
Relativos a empresas associadas			
Outros	2,929,048	2,929,048	2,563,415
		68,579,020	2,563,415
		15,407	70,378,470
Perdas em empresas do grupo e associadas		740,950	260
Custos e perdas extraordinárias			612,321
		69,335,377	70,991,051
		448,369	578,718
Imposto sobre o rendimento do exercício		69,783,746	71,569,769
		94,091	52,439
Interesses minoritários		2,022,196	3,064,826
Resultado consolidado líquido do exercício		71,900,033	74,687,034
PROVEITOS E GANHOS			
Vendas			
Mercadorias	1,028,589	1,990,264	
Produtos	8,771,701	7,947,689	
Prestações de serviços	59,324,388	69,124,678	59,821,441
Variação da produção		-3,630,870	69,759,394
Trabalhos para a própria empresa		1,851,319	693,573
Proveitos suplementares	145,903		1,057,629
Subsídios à exploração	44,732		
Outros proveitos e ganhos operacionais	1,478,447	1,669,082	834,154
		69,014,209	1,134,817
			72,645,413
Ganhos de participações de capital:			
Relativos a empresas associadas	51,406	55,365	
Relativos a outras empresas	248	307	
Rendimentos de tit negoc e outras aplicações financeiras:			
Relativos a empresas associadas			
Outros	145,375		99,403
Outros juros e proveitos similares:			
Relativos a empresas associadas			
Outros	1,850,364	2,047,393	824,166
			979,241
		71,061,602	73,624,654
Proveitos e ganhos extraordinários		838,431	1,062,380
		71,900,033	74,687,034
RESUMO:			
Resultados operacionais:(B)-(A)=	3,421,110	4,887,307	
Resultados financeiros:(D-B)-(C-A)=	-938,528	-1,641,123	
Resultados correntes:(D)-(C)=	2,482,582	3,246,184	
Resultados antes de impostos:(F)-(E)=	2,564,656	3,695,983	
Resultado consolidado com os intrminoritexerc:(F)-(G)=	2,116,287	3,117,265	

O Técnico de Contas

0 Técnico de Contas
Juni Tenes Ribeiro Pohlitz

A Administração

A Administraçao

14 MAR. 2000

15.210

REG. N.º

350 | ENTR

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO DE 1998

Unidade: Milhares de Escudos

	1,999	1,998	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
(+)Recebimentos de clientes	66,949,512	66,798,874	
(-)Pagamentos a fornecedores	-43,545,101	-48,235,930	
(-)Pagamentos ao pessoal	-12,105,914	-12,533,398	
Fluxo gerado pelas operações	11,298,497	6,029,546	
(-/+)Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-498,689	-309,098	
(+/-)Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-6,287,811	-2,822,651	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	-6,786,500	-3,131,749	
(+)Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	272,335	978,786	
(-)Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-259,742	-338,773	
Fluxos de actividades operacionais[1]	4,524,590		3,537,810
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(+)Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	387,985	0	
Imobilizações corpóreas	44,642	138,100	
Imobilizações incorpóreas	50,728	110,851	
Subsídios de investimento	0	0	
Juros e proveitos similares	189,283	0	
Dividendos	2,700	599,137	
Outros	681,045	16,814	864,902
(-)Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	-3,009,296	-1,998,329	
Imobilizações corpóreas	-4,429,155	-5,897,973	
Imobilizações incorpóreas	-4,730	-73,347	
Outros	-1,704,712	-40,194	-8,009,842
Fluxo das actividades de investimento[2]	-7,791,510		-7,144,940
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
(+)Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	12,088,941	13,195,558	
Aumentos de capital,prestações suplementares e prémios de emissão	0	73,401	
Subsídios e doações	63,088	25,307	
Venda de acções(quotas)próprias	999	281,957	
Cobertura de prejuízos	0	0	
Outros	7,315	12,160,343	13,816,304
(-)Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	-3,335,635	-2,145,498	
Amortizações de contratos de locação financeira	-1,727,264	-271,156	
Juros e custos similares	-2,453,943	-2,313,432	
Dividendos	-1,060,458	-1,182,685	
Reduções de capital e prestações suplementares	0	0	
Aquisição de acções(quotas)próprias	-55,048	-1,556,982	
Outros	-393,330	-9,025,678	-8,332,704
Fluxo das actividades de financiamento[3]	3,134,665		5,483,600
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]			
Efeito das diferenças de câmbio	-132,255	1,876,471	
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo	-214,030	-180,811	
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo	3,331,640	1,635,980	
	2,985,356	3,331,640	

		DE VALORES MOBILIÁRIOS
	14 MAR. 2000	
REG. N.º	15.211	
PROC. N.º	350	Enr

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de "MOTA & COMPANHIA, S.A.", as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999, (que evidencia um total de balanço de 103 744 209 contos e um total de capital próprio de 38 342 109 contos, incluindo um resultado líquido de 2 022 196 contos), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº.6.1 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a verificação das operações de consolidação e (quando for o caso) da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

..../...

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMVM com o n.º 1975
CONTRIBUINTE N.º 502 138 394

2.

.../...

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

6.1 A Empresa detém um investimento no Intercon-Construção Internacional – ACE, cujo saldo atingiu, em 31 de Dezembro de 1999, cerca de 2 380 000 contos. A recuperação dessa importância está dependente do resultado de processos judiciais em curso contra terceiros. Embora a Empresa possua uma provisão de valor equivalente àquele saldo, para o eventual risco desta operação (nota 46 do Anexo), a indefinição quanto ao desfecho dos referidos processos e quanto aos custos inerentes ainda a suportar, não nos permite determinar, com rigor, o montante a recuperar.

6.2 A influência do mercado africano, especialmente Angola, no volume de negócios e património da Empresa é relevante, como no relatório de gestão se reconhece. Por essa circunstância, surgem valores elevados nas imobilizações corpóreas (nota nº.50j do Anexo), participações sociais (notas nº(s).1, 2, 3 e 5 do Anexo), empréstimos (nota nº.50k do Anexo) e activos circulantes e saldos passivos (nota nº.23j do Anexo). As conhecidas dificuldades económicas e financeiras, que conduzem à existência de risco – país em Angola, não permitem determinar, com segurança, a data e o valor de realização dos referidos valores.

6.3 Como evidenciámos em exercícios anteriores, a Empresa efectuou há cerca de seis anos uma operação de re-locação financeira de dois imóveis, que se mantém. Entretanto, apurou as mais-valias obtidas nessa operação e reconheceu-as em demonstrações financeiras de exercícios anteriores. Esse procedimento está em desacordo com os princípios contabilísticos contidos na Directriz Contabilística nº.25, devendo essas mais-valias serem diferidas e repartidas pelo período do contrato de recompra dos imóveis. A actuação da Empresa evidencia uma sobreavaliação dos capitais próprios consolidados, no fim do exercício de 1999, de cerca de 550 000 contos, e subavalia o resultado líquido consolidado desse ano, em, aproximadamente, 160 000 contos.

.../...

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMVM com o n.º 1975
CONTRIBUINTE N.º 502 138 394

.../...

3.

OPINIÃO

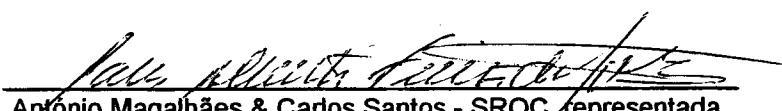
Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº. 6.1 acima, e excepto quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos nº(s). 6.2 e 6.3 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de "MOTA & COMPANHIA, S.A." em 31 de Dezembro de 1999, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

A Empresa apurou, em 1999, resultados extraordinários positivos, no valor de 97 481 contos, tendo esses resultados sido também positivos, na importância de 450 059 contos, em 1998, conforme nota nº.45 do Anexo.

Porto, 09 de Março de 2000


António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada

por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177

MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610

DE

22.437

350 617

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

(Montantes expressos em milhares de Escudos – mEsc.)

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da alínea d) do número 1 do artigo 341º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas consolidadas de Mota & Companhia, S.A. (Grupo Mota & Companhia, Notas 1 a 6), os quais compreendem o Relatório de Gestão consolidado do exercício de 1999, o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de mEsc. 103.744.209 e capitais próprios no montante de mEsc. 38.342.109, incluindo um resultado líquido de mEsc. 2.022.196), as demonstrações consolidadas de resultados por naturezas e de fluxos de caixa para o exercício findo nesta data e os correspondentes anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada da Empresa, os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas consolidadas acima referidos, designadamente o cumprimento, para todos os aspectos materialmente relevantes, dos princípios da suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria, sobre essa informação financeira.

ÂMBITO

3. Excepto para o mencionado no parágrafo 4 abaixo, a nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas, a verificação das operações de consolidação e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Uma auditoria inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, de ser válido o princípio da continuidade das operações e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras consolidadas. A nossa auditoria abrangeu ainda o Relatório de Gestão consolidado do exercício de 1999, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira constante dos restantes documentos de prestação de contas, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios da suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos no Código do Mercado de Valores Mobiliários. Entendemos que, quer a nossa auditoria, quer as Certificações Legais das Contas emitidas pelos Revisores Oficiais de Contas das empresas participadas sediadas em Portugal, proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

4. Em 31 de Dezembro de 1999, a Empresa detém um investimento na INTERCON – Construção Internacional, ACE no montante de, aproximadamente, mEsc. 2.380.000, cuja realização está dependente do desfecho final do processo judicial instaurado a terceiros. A informação actualmente disponível não é suficiente para nos permitir concluir sobre o montante da sua recuperação. A Empresa constituiu em exercícios anteriores uma provisão para riscos associados aquele investimento, a qual cobre a quase totalidade do referido investimento (Nota 46).

5. Conforme descrito no Relatório de Gestão consolidado, a Empresa realiza operações e possui activos no mercado africano, nomeadamente Angola, os quais incluem imobilizações corpóreas (Nota 50.k), partes de capital em empresas associadas e empréstimos a estas concedidos (Nota 50.l), activos circulantes e passivos da sucursal de Angola (Nota 23.m) e outros valores a pagar e receber (Nota 50.l). Atendendo aos condicionalismos existentes naquele mercado, não podemos concluir sobre o valor e data de realização daqueles activos, ainda que o trabalho localmente por nós efectuado, com base em suporte documental, inspecção física dos equipamentos e análises dos elementos financeiros da sucursal e dos investimentos sediados em Angola, tenha confirmado os valores envolvidos.

Na rubrica "Dívidas de terceiros – Médio e longo prazo" do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999 anexo encontram-se registadas dívidas a receber a longo prazo no montante de mEsc. 9.938.632 (mEsc. 9.456.268 em 31 de Dezembro de 1998) correspondentes a dividendos a receber de empresas associadas e de operações comerciais do período de 1991 a 1996. Devido à existência de risco-país em Angola, não é possível concluir sobre a data e valor de realização destas dívidas a receber, ainda que com base em suporte documental tenham sido confirmados os valores envolvidos.

6. Desde 1993 a Empresa mantém dois imóveis em regime de re-locação financeira, tendo sido apuradas mais-valias que foram reconhecidas nas demonstrações consolidadas de resultados de exercícios anteriores. À luz de princípios de contabilidade geralmente aceites, entendemos que estas mais-valias deveriam ter sido diferidas e registadas em resultados no mínimo durante o período da re-locação, ou similar à amortização dos activos (Nota 47). Do procedimento seguido pela Empresa, resulta uma sobreavaliação dos capitais próprios consolidados em 31 de Dezembro de 1999 de mEsc. 550.000 e uma subavaliação dos resultados consolidados do exercício findo nesta data de mEsc. 160.000.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, com base na nossa auditoria e nos relatórios de outros Revisores Oficiais de Contas, excepto para o efeito dos eventuais ajustamentos, que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação mencionada no parágrafo 4 acima, e excepto para o efeito dos assuntos descritos nos parágrafos 5 e 6 acima, a informação financeira constante dos documentos de prestação de contas consolidadas mencionados no parágrafo 1 acima:

- (i) apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Mota & Companhia, S.A. em 31 de Dezembro de 1999, bem como os resultados consolidados das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites; e
- (ii) satisfaz, em todos os aspectos materialmente relevantes, os princípios da suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

ÊNFASE

8. As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1998 foram auditadas por outro Revisor Oficial de Contas, cujo Relatório do Auditor Externo datado de 17 de Fevereiro de 1999, continha reservas similares às mencionadas nos parágrafos 4 a 6 acima, bem como uma ênfase não aplicável às contas do exercício de 1999.

Lisboa, 10 de Março de 2000


MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS - SROC
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

MOTA & COMPANHIA,sa.

AMARANTE

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999

ESTADO DO MERCADO
DE VALORES MOBILIÁRIOS

14 MAR. 2000

15.217

REC. N.º

PROC. N.º 350 | EMT

Unidade: MILHARES DE ESCUDOS

Activo	1999			1998
	AB	AP	AL	AL
Imobilizado:				
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de instalação.....	725.879	621.289	104.590	127.312
Despesas de investigação e desenvolvimento.....	0		0	0
Propriedade industrial e outros direitos.....	36.859		36.859	36.859
Trespasse.....	0		0	0
Imobilizações em curso.....	8.922		8.922	214.153
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas.....	0		0	0
	771.660	621.289	150.371	378.324
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais.....	1.953.185		1.953.185	1.719.482
Edifícios e outras construções.....	5.449.331	1.274.536	4.174.795	4.232.353
Equipamento básico.....	22.680.738	16.741.930	5.938.808	5.894.297
Equipamento de transporte	10.746.162	8.210.690	2.535.472	2.696.466
Ferramentas e utensílios.....	746.038	543.378	202.660	206.065
Equipamento administrativo.....	1.695.891	1.233.246	462.645	365.905
Taras e vasilhame.....	0		0	0
Outras Imobilizações Corpóreas.....	0		0	0
Imobilizações em curso.....	959.023		959.023	599.829
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....	131.162		131.162	174.680
	44.361.530	28.003.780	16.357.750	15.889.077
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo.....	2.773.104		2.773.104	1.956.760
Empréstimos a empresas do grupo.....	44.113		44.113	598.026
Partes de capital em empresas associadas.....	3.115.451		3.115.451	1.365.159
Empréstimos a empresas associadas.....	251.041		251.041	172.485
Títulos e outras aplicações financeiras.....	8.274.593	116.220	8.158.373	2.914.888
Outros empréstimos concedidos.....	3.582.572		3.582.572	3.560.646
Imobilizações em curso.....	143.548		143.548	57.193
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros.....	114.398		114.398	27.000
	18.298.820	116.220	18.182.600	10.652.157
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas,subsidiárias e de consumo.....	2.497.567	7.329	2.490.238	2.564.966
Produtos e trabalhos em curso.....	0		0	2.965.659
Subprodutos,desperdícios,resíduos e refugos	0		0	0
Produtos acabados e intermédios.....	684.869		684.869	639.942
Mercadorias.....	3.459.036		3.459.036	3.552.437
Adiantamentos por conta de compras.....	552.056		552.056	187.135
	7.193.528	7.329	7.186.199	9.910.139
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
Clientes c/c.....	2.314.680		2.314.680	2.439.172
Clientes - Títulos a Receber.....	2.399.302		2.399.302	1.954.870
Empresas participadas e participantes.....	0		0	0
	4.713.982	0	4.713.982	4.394.042
Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
Clientes c/c.....	17.199.887	92.047	17.107.840	18.838.172
Clientes - Títulos a Receber.....	2.199.441		2.199.441	1.031.487
Clientes de cobrança duvidosa.....	83.752	83.442	310	929
Empresas grupo.....	3.285.580		3.285.580	1.742.437
Empresas participadas e participantes.....	359.930		359.930	211.041
Outros acionistas (sócios).....	329		329	375
Adiantamentos a fornecedores.....	505.733		505.733	330.146
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado.....	0		0	0
Estado e outros entes públicos.....	158.853		158.853	56.265
Outros devedores.....	2.117.915	5.635	2.112.280	6.910.726
Subscritores de capital.....	0		0	0
	25.911.420	181.124	25.730.296	29.121.578
Títulos negociáveis:				
Acções em empresas do grupo.....	0		0	0
Obrigações e tit. de participação em empresas do grupo.....	0		0	0
Acções em empresas associadas.....	0		0	0
Obrigações e tit. de participação em empresas associadas.....	0		0	0
Outros títulos negociáveis.....	0		0	0
Outras aplicações de tesouraria.....	213.951		213.951	440.000
	213.951	0	213.951	440.000
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários.....	1.845.679		1.845.679	2.403.050
Caixa.....	109.814		109.814	60.006
	1.955.493	0	1.955.493	2.463.056
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos.....	10.870.325		10.870.325	8.805.298
Custos diferidos.....	1.301.650		1.301.650	1.570.467
Ajustes diários diferidos contratos de futuros.....	0		0	0
	12.171.975		12.171.975	10.375.765
Total de amortizações		28.727.188		
Total de provisões		202.554		
Total do activo	115.592.359	28.929.742	86.662.617	83.624.138

O Técnico de Contas

A Administração

65 - Mota & Companhia, S.A.

MOTA & COMPANHIA,sa.

AMARANTE

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999

Unidades: MILHARES DE ESCUDOS

Capital próprio e passivo	1999	1998
Capital próprio:		
Capital.....	14.000.000	14.000.000
Acções (quotas) próprias- Valor nominal.....	(619.300)	(591.800)
Acções (quotas) próprias- Descontos e prémios.....	(1.046.495)	(1.018.947)
Prestações suplementares.....	0	0
Prémios de emissão de acções (quotas).....	15.350.000	15.350.000
Ajustamentos de partes de capital.....	(386.950)	(311.848)
Reservas de reavaliação.....	3.948.809	3.947.079
Reservas:		
Reservas legais.....	1.860.383	1.776.115
Reservas estatutárias.....	0	0
Reservas contratuais.....	0	0
Outras reservas.....	457.642	204.154
Resultados transitados	0	0
Subtotal	33.564.089	33.354.753
Resultado Líquido do exercício	2.017.093	1.685.355
Dividendos antecipados.....	0	0
Total do Capital Próprio	35.581.182	35.040.108
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Provisões para pensões.....	0	0
Provisões para impostos.....	0	0
Outras provisões para riscos e encargos.....	1.978.931	2.193.561
	1.978.931	2.193.561
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis.....	13.499.424	8.000.000
Empréstimos por títulos de participação.....	0	0
Dívidas a instituições de crédito.....	2.759.263	2.153.914
Adiantamentos por conta de vendas.....	3.376.545	3.980.017
Empresas do grupo.....	0	0
Outros accionistas (sócios).....	16.172	23.391
Outros empréstimos obtidos.....	5.921.542	5.891.117
Fornecedores de imobilizado, c/c.....	1.895.358	1.908.608
	27.468.304	21.957.047
Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis.....	0	0
Empréstimos por títulos de participação.....	0	0
Dívidas a instituições de crédito.....	4.403.575	3.235.155
Adiantamentos por conta de vendas.....	0	0
Fornecedores, c/c.....	9.271.089	9.315.525
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência.....	0	0
Fornecedores - Títulos a pagar.....	359.155	721.188
Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar.....	0	0
Empresas do grupo.....	1.290	18.197
Empresas participadas e participantes.....	116	116
Outros accionistas (sócios).....	6.351	5.474
Adiantamentos de clientes.....	0	0
Outros empréstimos obtidos.....	0	0
Fornecedores de imobilizado, c/c.....	1.353.545	2.135.912
Estado e outros entes públicos.....	632.853	431.985
Outros credores.....	-1.236.474	1.306.429
	17.264.448	17.169.981
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos.....	1.256.491	1.356.116
Proventos diferidos.....	3.113.261	5.907.325
	4.369.752	7.263.441
Total do passivo	51.081.434	48.584.030
Total do capital próprio e do passivo	86.662.617	83.624.138

		1999		1998
Custos e perdas				
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
Mercadorias.....	936.649		1.428.033	
Matérias	11.460.844	12.397.493	12.681.974	14.110.007
Fornecimentos e serviços externos.....		22.110.056		28.819.517
Custos com o pessoal :				
Remunerações	8.918.727		8.711.705	
Encargos sociais :				
Pensões	12.441		10.364	
Outros	2.062.170	10.993.338	1.929.236	10.651.305
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	3.515.996		3.211.212	
Provisões	22.692	3.538.688	115.012	3.326.224
Impostos	141.410		160.774	
Outros custos e perdas operacionais	527.718	669.128	726.849	887.623
(A)		49.708.703		57.794.676
Perdas em empresas do grupo e associadas.....	312.845		162.781	
Amort. e provisões de aplicações e inv. financeiros	32.370		32.414	
Juros e custos similares:				
Relativo a empresas do grupo	0			
Outros	2.351.628	2.696.843	1.917.255	2.112.450
(C)		52.405.546		59.907.126
Custos e perdas extraordinários		361.174		4.125.796
(E)		52.766.720		64.032.922
Imposto sobre o rendimento do exercício		199.645		171.555
(G)		52.966.365		64.204.477
Resultado líquido do exercício		2.017.093		1.685.355
		54.983.458		65.889.832
Proveitos e ganhos				
Vendas:				
Mercadorias.....	1.180.243		1.572.996	
Produtos	2.756.977		3.067.939	
Prestações de serviços.....	47.779.845	51.717.065	53.567.847	58.208.782
Variação da produção		(2.920.732)		1.000.134
Trabalhos para a própria empresa.....		1.567.940		1.035.692
Proveitos suplementares.....	71.611		138.032	
Subsídios à exploração.....	43.733		63.439	
Outros proveitos e ganhos operacionais	676.809	792.153	421.352	622.823
(B)		51.156.426		60.867.431
Ganhos em empresas do grupo e associadas.....	1.674.710		1.313.654	
Rendimentos de participações de capital.....	65.825		307	
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplic. Financeiras:				
Relativo a empresas do grupo	0			
Outros	98.504		52.657	
Outros juros e proveitos similares:				
Relativo a empresas do grupo	0			
Outros	1.621.209	3.460.248	655.714	2.022.332
(D)		54.616.674		62.889.763
Proveitos e ganhos extraordinários		366.784		3.000.069
(F)		54.983.458		65.889.832
RESUMO :				
Resultados operacionais : (B) - (A) =	1.447.723		3.072.755	
Resultados financeiros : (D-B) - (C-A) =	763.405		(90.118)	
Resultados correntes : (D) - (C) =	2.211.128		2.982.637	
Resultados antes de impostos : (F) - (E) =	2.216.738		1.856.910	
Resultados líquido do exercício : (F) - (G) =	2.017.093		1.685.355	

	1999	1998
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
(+)Recebimentos de clientes.....	44.028.384	55.030.149
(-)Pagamentos a fornecedores.....	(29.885.554)	(40.304.845)
(-)Pagamentos ao pessoal.....	(8.742.028)	(10.808.605)
Fluxo gerado pelas operações.....	5.400.802	3.916.699
(-/+)(+)Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento.....	(171.731)	(111.840)
(+/-)Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional.....	(3.311.878)	(2.185.628)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias.....	(3.483.609)	(2.297.468)
(+)Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias.....	6.204	976.630
(-)Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias.....	(60.517)	(325.817)
Fluxos de actividades operacionais[1].....	1.862.879	2.270.044
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(+)Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros.....	100.006	138.100
Imobilizações corpóreas.....	0	0
Imobilizações incorpóreas.....	0	0
Subsídios de investimento.....	0	0
Juros e proveitos similares.....	148.745	575.436
Dividendos.....	44.850	307
Outros.....	957.045	0
	1.250.647	713.843
(-)Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros.....	(2.319.987)	(1.930.944)
Imobilizações corpóreas.....	(1.908.081)	(4.272.623)
Imobilizações incorpóreas.....	0	(69.516)
Outros.....	(2.505.531)	0
Fluxo das actividades de investimento[2].....	(5.482.953)	(5.559.240)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+)Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos.....	7.678.738	9.597.862
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão.....	0	0
Subsídios e doações.....	63.088	1.369
Venda de acções(quotas)próprias.....	0	281.957
Cobertura de prejuízos.....	0	0
Outros.....	0	0
	7.741.826	9.881.188
(-)Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos.....	0	0
Amortizações de contratos de locação financeira.....	(1.312.951)	0
Juros e custos similares.....	(2.044.058)	(2.007.193)
Dividendos.....	(1.053.708)	(1.182.685)
Reduções de capital e prestações suplementares.....	0	0
Aquisição de acções (quotas) próprias.....	(55.048)	(1.556.982)
Outros.....	(368.367)	(161.458)
Fluxo das actividades de financiamento[3].....	2.907.693	(4.908.318)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3].....	(712.380)	1.683.674
Efeito das diferenças de câmbio.....	21.232	
Caixa e seus equivalentes no início do período.....	2.903.056	1.219.382
Caixa e seus equivalentes no fim do período.....	2.169.444	2.903.056

Fernando Ribeiro Pires

Ribeiro Pires

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMVM com o n.º 1975
CONTRIBUINTE N.º 502 138 394

DE COMISSÃO DO MERCADO
DE VALORES MOBILIÁRIOS

	14 MAR 2000
REC. N.º	15.224
PROC. N.º	350 / EM IT

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de "MOTA & COMPANHIA, S.A.", as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de balanço de 86 662 617 contos e um total de capital próprio de 35 581 182 contos, incluindo um resultado líquido de 2 017 093 contos), a Demonstração dos resultados por naturezas e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº.6.1 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53
Registada na CMVM com o n.º 1975
CONTRIBUINTE N.º 502 138 394

2.

.../...

RESERVAS

6.1 A Empresa detém um investimento no Intercon - Construção Internacional – ACE, cujo saldo atingiu, em 31 de Dezembro de 1999, cerca de 2 380 000 contos. A recuperação dessa importância está dependente do resultado de processos judiciais em curso contra terceiros. Embora a Empresa possua uma provisão de 1 250 000 contos para o eventual risco desta operação (nota 34 do Anexo), a indefinição quanto ao desfecho dos referidos processos e quanto aos custos inerentes ainda a ocorrer não nos permite determinar, com rigor, o montante a recuperar.

6.2 A influência do mercado africano, especialmente Angola, no volume de negócios e património da Empresa é relevante, como no relatório de gestão se reconhece. Por essa circunstância, surgem valores elevados nas imobilizações corpóreas (nota nº.14 do Anexo), participações sociais (nota nº.16 do Anexo), empréstimos (nota nº.16 do Anexo) e activos circulantes e saldos passivos (nota nº. 3j do Anexo). As conhecidas dificuldades económicas e financeiras, que conduzem à existência de risco – país em Angola, não permitem determinar, com segurança, a data e o valor de realização dos referidos activos.

6.3 Como referimos em exercícios anteriores, a Empresa efectuou há cerca de seis anos uma operação de re-locação financeira de dois imóveis, que se mantém. Entretanto, apurou as mais-valias obtidas nessa operação e reconheceu-as em demonstrações financeiras de exercícios anteriores. Esse procedimento está em desacordo com os princípios contabilísticos contidos na Directriz Contabilística nº.25, devendo essas mais-valias serem diferidas e repartidas pelo período do contrato de recompra dos imóveis. A actuação da Empresa evidencia uma sobreavaliação dos capitais próprios, no fim do exercício de 1999, de cerca de 550 000 contos, e subavalia o resultado líquido desse ano, em, aproximadamente, 160 000 contos.

6.4 A Empresa que prepara contas consolidadas, não aplicou com exactidão o método da equivalência patrimonial nas suas contas individuais, conforme nota nº.1 do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, pelo que as demonstrações financeiras apresentadas não evidenciam completamente o efeito dos capitais próprios e dos resultados das empresas do grupo e associadas, embora a nota nº.16 do Anexo contenha informação sobre essas empresas e sobre os principais elementos financeiros das contas consolidadas.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo nº.6.1 acima, e excepto quanto aos efeitos das situações descritas nos parágrafos nºs. 6.2, 6.3 e 6.4 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de "MOTA & COMPANHIA, S.A.", em 31 de Dezembro de 1999, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

.../...

ANTÓNIO MAGALHÃES & CARLOS SANTOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Inscrita na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 53

Registada na CMVM com o n.º 1975

CONTRIBUINTE N.º 502 138 394

.../...

3.

ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

A Empresa apurou, em 1999, resultados extraordinários positivos, no valor de 5 610 contos, tendo esses resultados sido negativos, na importância de 1 125 727 contos, em 1998, conforme nota nº.46 do Anexo.

Porto, 09 de Março de 2000



António Magalhães & Carlos Santos - SROC, representada
por Dr. Carlos Alberto Freitas dos Santos - R.O.C. nº 177

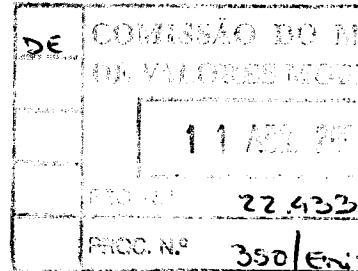
MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

INSCRIÇÃO N.º 95

REGISTO NA CMVM nº 223

NIPC 502 558 610



RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO

(Montantes expressos em milhares de Escudos – mEsc.)

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da alínea d) do número 1 do artigo 341º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas de Mota & Companhia, S.A., os quais compreendem o Relatório de Gestão do exercício de 1999, o balanço em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de mEsc. 86.662.617 e capitais próprios no montante de mEsc. 35.581.182, incluindo um resultado líquido de mEsc. 2.017.093), as demonstrações de resultados por naturezas e de fluxos de caixa para o exercício findo nesta data e os correspondentes anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira, contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente o cumprimento, para todos os aspectos materialmente relevantes, dos princípios da suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria, sobre essa informação financeira.

ÂMBITO

3. Excepto para o mencionado no parágrafo 4 abaixo, a nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Uma auditoria inclui, igualmente, a verificação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, de ser válido o princípio da continuidade das operações e de ser adequada a apresentação global das demonstrações financeiras. A nossa auditoria abrangeu ainda o Relatório de Gestão do exercício de 1999, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira constante dos restantes documentos de prestação de contas, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios da suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos no Código do Mercado de Valores Mobiliários. Entendemos que a nossa auditoria proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

4. Em 31 de Dezembro de 1999, a Empresa detém um investimento na INTERCON – Construção Internacional, ACE no montante de, aproximadamente, mEsc. 2.380.000, cuja realização está dependente do desfecho final do processo judicial instaurado a terceiros. A informação actualmente disponível não é suficiente para nos permitir concluir sobre o montante da sua recuperação. A Empresa tem vindo a constituir em exercícios anteriores, uma provisão no montante de mEsc. 1.250.000 para riscos associados aquele investimento (Nota 34).
5. Conforme descrito no Relatório de Gestão, a Empresa realiza operações e possui activos no mercado africano, nomeadamente Angola, os quais incluem imobilizações corpóreas (Nota 14), partes de capital em empresas associadas e empréstimos a estas concedidos (Nota 16), activos circulantes e passivos da sucursal de Angola (Nota 3.m) e outros valores a pagar e receber (Nota 16). Atendendo aos condicionalismos existentes naquele mercado, não podemos concluir sobre o valor e data de realização daqueles activos, ainda que o trabalho localmente por nós efectuado, com base em suporte documental, inspecção física dos equipamentos e análises dos elementos financeiros da sucursal e dos investimentos sediados em Angola, tenha confirmado os valores envolvidos.

Na rubrica "Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo" do balanço em 31 de Dezembro de 1999 anexo encontram-se registadas dívidas a receber a longo prazo no montante de mEsc. 4.713.982 (o valor em 31 de Dezembro de 1998 ascende a mEsc. 4.394.042), correspondentes a dividendos a receber de empresas associadas e de operações comerciais do período de 1991 a 1996. Devido à existência de risco-país em Angola, não é possível concluir sobre a data e valor de realização destas dívidas a receber, ainda que com base em suporte documental tenham sido confirmados os valores.

6. Desde 1993 a Empresa mantém dois imóveis em regime de re-locação financeira, tendo sido apuradas mais-valias que foram reconhecidas nas demonstrações de resultados de exercícios anteriores. À luz de princípios de contabilidade geralmente aceites, entendemos que estas mais-valias deveriam ter sido diferidas e registadas em resultados no mínimo durante o período da re-locação ou similar à amortização dos activos (Nota 15). Do procedimento seguido pela Empresa, resulta uma sobreavaliação dos capitais próprios em 31 de Dezembro de 1999 de mEsc. 550.000 e uma subavaliação dos resultados do exercício findo nesta data de mEsc. 160.000.
7. As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais e foram preparadas para aprovação na Assembleia Geral de Accionistas e para publicação nos termos do Código do Registo Comercial, tendo ainda sido preparadas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os requisitos legais. Conforme referido na Nota 1 do anexo às demonstrações financeiras, a Empresa não aplica correctamente o método de equivalência patrimonial, pelo que as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1999 anexas, não reflectem totalmente o efeito da consolidação ao nível dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, apresentando-se na Nota 16 do referido anexo, informação financeira e outra relacionada com saldos e transacções, assim como um resumo do efeito da consolidação.

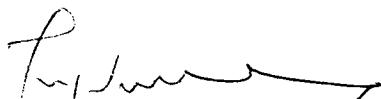
OPINIÃO

8. Em nossa opinião, excepto para o efeito dos eventuais ajustamentos, que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação mencionada no parágrafo 4 acima, e excepto para o efeito dos assuntos descritos nos parágrafos 5 a 7 acima, a informação financeira constante dos documentos de prestação de contas do exercício de 1999 mencionados no parágrafo 1 acima:
 - (i) apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Mota & Companhia, S.A. em 31 de Dezembro de 1999, bem como os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites; e
 - (ii) satisfaz, em todos os aspectos materialmente relevantes, os princípios da suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

ÊNFASE

9. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1998 foram auditadas por outro Revisor Oficial de Contas, cujo Relatório do Auditor Externo datado de 17 de Fevereiro de 1999, continha reservas similares às mencionadas nos parágrafos 4 a 7 acima, bem como uma outra reserva e uma ênfase não aplicáveis às contas do exercício de 1999.

Lisboa, 10 de Março de 2000



MAGALHÃES, NEVES E ASSOCIADOS - SROC
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

EXTRACTO RESUMIDO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE MOTA & COMPANHIA, SA - REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2000

Em síntese, as deliberações, todas tomadas por unanimidade, da Assembleia Geral Anual de Mota & Companhia, SA realizada em 30 de Março de 2000, foram as seguintes:

1. Aprovar o Relatório de Gestão e as Contas relativos ao exercício de 1999;
2. Aprovar a proposta de Aplicação de Resultados, constante do Relatório e Contas do Exercício, que se transcreve:

“Propõe o Conselho de Administração que o Resultado Líquido do exercício, no valor referido de 2.017.092.577\$00, seja aplicado nos seguintes termos:

a)	Para reserva legal, 5%, correspondentes a	100.854.829\$00
b)	Para distribuição pelo Conselho de Administração nos termos do art. 22º, nº 2 dos Estatutos, cerca de 4%, correspondentes a	80.000.000\$00
c)	Para distribuição pelos Quadros da Sociedade, a título de participação nos lucros	153.000.000\$00
d)	Para distribuição aos Accionistas, 83\$00 por acção, cativos de impostos, no valor global de	1.162.000.000\$00
e)	Para reserva de estabilização de dividendos	200.000.000\$00
f)	Para reservas livres, o remanescente, no valor de	321.237.748\$00”

3. Aprovar o Relatório Consolidado de Gestão e as respectivas Contas Consolidadas do Grupo relativas ao exercício de 1999.
4. Aprovar um voto especial de louvor e confiança ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal e a cada um dos seus membros, individualmente.
5. Conferir poderes ao Conselho de Administração para a aquisição e alienação de acções próprias pela Sociedade em determinadas condições e no prazo de dezoito meses.